

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ.: 61.699.567/0043-41  
Nota da Administração



Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra que integra a S.P.D.M.**

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Sócios. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho

Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balancos Patrimoniais - Valores em Reais		Demonstrações de Resultados dos Períodos - Valores em Reais	
<b>Ativo</b>	<b>2.013</b>	<b>Passivo</b>	<b>2.013</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.172.321,05</b>	<b>Circulante</b>	<b>14.172.321,05</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>8.489.057,19</b>	Fornecedores	748.267,45
Bancos conta movimento (nota 4.1)	126.813,34	Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica	216.194,84
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	8.362.243,85	Salários a pagar	1.124.164,27
<b>Clientes</b>	<b>4.755.633,60</b>	Contribuições a recolher	267.545,26
Prefeitura Mun.de Taboão da Serra (nota 4.3)	3.302.031,49	Provisão de férias (notas 4.6)	1.006.686,07
Provisão de Desp. Rescisão de Contrato (nota 4.7)	1.453.602,11	Provisão de FGTS sobre férias (notas 4.6)	80.534,89
<b>Outros Créditos</b>	<b>38.409,41</b>	Provisão de despesas c/quitações (notas 4.7)	1.453.602,11
Antecipações salariais	81,30	163.818,42	163.818,42
Antecipação de férias	37.488,11	Impostos a recolher	57.451,70
Outros créditos e adiantamentos	840,00	Obrigações Tributárias	565.627,83
<b>Estoques</b>	<b>889.220,85</b>	Outras Contas a Pagar	8.405.403,59
Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra (nota 4.4)	889.220,85	Convênios Públicos a Realizar (nota 6.3)	83.024,62
<b>Não Circulante</b>	<b>1.826.531,16</b>	Recebimentos de Materiais de Terceiros	83.024,62
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 5)	1.826.531,16	<b>Não Circulante</b>	<b>1.826.531,16</b>
-Bens Móveis	1.826.531,16	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 5)	1.891.212,59
Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra	1.891.212,59	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros	(64.681,43)
Ajuste vida útil - bens terceiros	(64.681,43)	<b>Total do Passivo</b>	<b>15.998.852,21</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>15.998.852,21</b>	<b>Contas de Compensação</b>	<b>1.891.212,59</b>
<b>Contas de Compensação</b>	<b>1.891.212,59</b>	Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	1.891.212,59
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	1.891.212,59	Mercadorias recebidas	-
Bens recebidos	1.891.212,59	Bens recebidos	1.891.212,59
		<b>Total das Compensações Passivas</b>	<b>1.891.212,59</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em reais						
Descrição	Nota	Patrimônio		Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit	
		social	Reservas Reavaliação		Acumulado	do Exercício
<b>Saldo 31/12/2011</b>	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo 31/12/2012</b>	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo 31/12/2013</b>	-	-	-	-	-	-

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2013**

**1- Contexto Operacional:** A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços c/ a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva p/ a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia c/ atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1- Características da Unidade Gerenciada:** Termo de Convênio Emergencial nº 10.330/2013 tem por objeto regulamentar a cooperação e parceria entre os Partípes, visando a execução, implementação e gerenciamento das Atividades e serviços essenciais de saúde nas áreas de atendimento em urgência e emergência, atenção a saúde, políticas prioritárias do SUS, prestação eficiente dos serviços públicos de saúde, em conformidades c/ o Plano Operacional e as regras dispostas neste Convênio. **2.- Imunidade Tributária:** A SPDM no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu § 4º e art. 195, § 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1. - Requisitos p/ Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no art. 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2. - Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados c/ o art. 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3. - Requisitos p/ manutenção da Isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva c/ efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria

da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância c/ as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos § que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede; I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido p/ a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste art.; e II - o total pago a título de remuneração p/ dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste §. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2.013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram arts. da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual p/ a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1. - Razão Social da Unidade: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra** - Est. Tenente José Maria da Cunha, 862 - Jardim Record - Taboão da Serra - SP - CEP 06.783-230 - CNPJ nº 61.699.567/0043-41. **3.2. - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabeleceu a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1. - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 (NBC -TG 03) - De-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais	
<b>Descrição</b>	<b>2.013</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultados do exercício/período	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-
Variações nos ativos e passivos	-
(Aumento) Redução em contas a receber	(4.794.043,01)
(Aumento) Redução em estoques	(806.196,23)
Aumento (Redução) em fornecedores	963.662,53
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	13.125.633,90
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	1.826.531,16
Disp. líq. geradas pelas (aplicadas nas) ativ.operacionais	10.315.588,35
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
(-) Compras de imobilizado	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.826.531,16)
(-) Adição de bens intangíveis	-
Aquisição de ações/cotas	-
Recebimento por vendas de ativos permanentes	-
Disp.líq.geradas pelas(aplicadas nas)ativ.de investimentos	(1.826.531,16)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Empréstimos tomados	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-
Juros recebidos de empréstimos	-
Juros pagos por empréstimos	-
Disp. líq.geradas pelas (aplicadas nas) ativ.de financiamentos	-
Aumento (Redução) nas disponibilidades	8.489.057,19
No início do período	-
No final do período	8.489.057,19

**Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais**

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais	
<b>Descrição</b>	<b>2.013</b>
<b>1 - Receitas</b>	<b>28.221.098,42</b>
1.1) Prestação de serviços	25.243.276,01
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exec. An	122.079,83
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	2.854.622,78
1.5) Trabalho Voluntário	1.119,80
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)</b>	<b>14.897.099,81</b>
2.1) Matérias-primas consumidas	103,50
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	4.689.768,24
2.3) Serviço de terceiros e outros	10.207.228,07
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>13.323.998,61</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>-</b>
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-
<b>5 - Valor Adicionado Líq.Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>13.323.998,61</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>270.808,93</b>
6.1) Receitas financeiras	270.808,93
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>13.594.807,54</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>13.594.807,54</b>
8.1) Pessoal e encargos	10.453.889,52
8.2) Impostos, taxas e contribuições	9.192,92
8.3) Juros	19.659,95
8.4) Aluguéis	256.322,57
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	2.854.622,78
8.6) Trabalho Voluntário	1.119,80
8.7) Resultado Exercício	-

monstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

continua ➔

## continuação

a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais p/ que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4. - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.013 é de R\$ 889.220,85 (oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos). A provisão p/ desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, c/ base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente p/ eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

Tipo	31/12/2013
Materiais utilizados no setor de Nutrição	20.513,96
Materiais utilizados no setor de Farmácia	349.442,15
Materiais de Almoarifado	450.438,84
Empréstimos a Terceiros	68.825,90
Total	889.220,85

**4.5. - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6. - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7.-Provisão p/ Rescisão de Contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões p/ rescisões de contrato. **4.8. - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9. - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas c/ o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados c/ base em estimativas contábeis incluem as provisões p/ ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões p/ indenizações e provisões p/ perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas c/ base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10. - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados p/ fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos p/ classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade c/ o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida p/ o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 305.748,95 (trezentos e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos). **4.11. - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos c/ fornecedores encontram-se c/ valor histórico, c/ exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12. - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam p/ a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos c/ recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada c/ recursos de contratos de gestão ou convênios p/ os quais possuímos documentos de cessão de uso.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M.  
**Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas:** Data, Horário e Local: Ao 15/04/2014, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - V. Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hoffing Lima, Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** Superintendentes: Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as Dem. contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão p/ análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia:** Apreciação do relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Resultado do Exercício, Dem. das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hosp. São Paulo e de suas Instituições Filiadas Hosp. Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hosp. Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hosp. Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e **Parer da Assembleia Geral dos Associados:** A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (art. 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Adm. e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Superávit, Dem. das Mutações do Patrim. Líquido, Notas Explic. e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exerc. encerrado em 31/12/2.013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hosp. S. Paulo e de suas Instituições Filiadas Hosp. Mun. Ver. José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Est. de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Mun. Dr. José de Carvalho Florença de S. J. dos Campos (HMJCF), Hosp. Mun. Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Mun. de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e o Hosp. e Matern. Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Soc. Mun. da V. Maria Baixa (PSMVM), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico

Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma: **Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2013.**

Descrição	Posição em 31/12/2013
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	
Bens Móveis	1.891.212,59
Apar Equip Utens Med Odont Lab	1.213.547,17
Equip Processamento de Dados	118.081,90
Mobiliário em Geral	383.566,07
Maquinas Utens e Equip Diversos	111.528,21
Aparelhos de Medição	4.360,00
Aparelhos e Utensílios Domesticos	44.582,86
Maq Ferramentas e Utens de Oficina	14.246,38
Outros Materiais Permanentes	1.300,00

**Posição em 31/12/2013**

**64.681,43**  
 (43.752,06)  
 (9.308,62)  
 (7.148,66)  
 (3.401,09)  
 (181,65)  
 (579,66)  
 (288,03)  
 (21,66)  
 Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados p/ determinação da vida útil-econômica estimada e p/ cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade c/ as exigências legais-fiscais. **6.1. - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade p/ os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2. - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 119.700,83 (cento e dezoito mil, setecentos reais e oitenta e três centavos). **6.3.- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados c/ órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição p/ qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo c/ o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo c/ suas finalidades. A Entidade p/ a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada c/ as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos p/ reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013 a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:  
**CNPJ nº 61.699.567/0043-41**

Convênios/Contratos	R\$
Contrato 10.330/2013 Pref. Mun. de Taboão da Serra	18.584.917,47
TA ao Contrato 10.330/2013 Pref. Mun. de Taboão da Serra	2.650.000,00
Contrato S-90001-2013 Pref. Mun. de Taboão da Serra	11.761.730,64

**7 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do estabelecido as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC (Item 12 e 15ª), que enquanto não atendido os requisitos p/ reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição p/ Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **8- Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição p/ aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, c/ base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados c/ base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hos-

**Dr. Vitor Sérgio Kawabata** - Diretor Técnico  
**Lucieni Mauro** - Contadora CRC- 1SP 260.424/O-5  
 o Hosp. e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da V. Maria Baixa (PSMVM), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3., - PABSF A.P. 3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório anual da Administração e as Dem. Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15/04/2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. Ana Luísa Hoffing Lima; Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo; Dr. Maria Inês Dolci. Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de S. J. dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia S. Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Progr. de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Pref. no Estado de S. Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Progr. de Atenção Básica e Saúde da Família do R. de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PABSF AP. 3.2 (AP 3.2), UPA Engenho de Dentro AP. 3.2., Progr. de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Reg. de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Gov. de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Cons. Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstr. contábeis apresentadas. SP 23/04/2.014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Cons. Administrativo da S.P.D.M. de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3., - PABSF A.P. 3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. c/ base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as Dem. contábeis apresentadas. São Paulo, 14/04/2.014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. João Toniollo Neto; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Gunsberg; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi; Moron ; Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta ; Prof. Dr. Henrique Lederman.

pitar e Ambulatorial (CIHA). De acordo c/ o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Conforme art. acima a SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, tem sob sua gestão diversas atividades, apresentou nesta unidade a seguinte produção:

**Tipo de Atendimento**

Urgências	Total
190.214	
Ambulatório	-
Cirurgia	-
SADT	-
Número de Internações	2.396

**10 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no art. 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22/06/2012 a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **10.1.-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 2.075.908,39 (Dois Milhões, Setenta e Cinco Mil, Novecentos e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos). **10.2.- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ R\$ 21.416,10 (Vinte e Um Mil, Quatrocentos e Dezesesseis Reais e Dez Centavos). **10-3.-Isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 757.298,29 (Setecentos e Cinquenta e Sete Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Nove Centavos). **11 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 1.119,80 (Hum Mil, Cento e Dezenove Reais e Oitenta Centavos). **12- Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas p/ obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo c/ liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente p/ cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide c/ o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Produção Assistencial		
Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013
Internação	1.652	2.396
Hospital-Dia		
Ambulatório		
Urgência/Emergência	204.226	190.214
SADT Externo		
<b>Total</b>	<b>205.878</b>	<b>192.610</b>
<b>Resultado Contábil</b>	<b>Receitas 2013</b>	<b>Despesas 2013</b>
	28.491.907,35	28.491.907,35

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M.  
**Dr. Vitor Sérgio Kawabata** - Diretor Técnico  
**Lucieni Mauro** - Contadora CRC- 1SP 260.424/O-5  
 o Hosp. e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da V. Maria Baixa (PSMVM), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3., - PABSF A.P. 3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório anual da Administração e as Dem. Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15/04/2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. Ana Luísa Hoffing Lima; Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo; Dr. Maria Inês Dolci. Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de S. J. dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia S. Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Progr. de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Pref. no Estado de S. Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Progr. de Atenção Básica e Saúde da Família do R. de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PABSF AP. 3.2 (AP 3.2), UPA Engenho de Dentro AP. 3.2., Progr. de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Reg. de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Gov. de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Cons. Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstr. contábeis apresentadas. SP 23/04/2.014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Cons. Administrativo da S.P.D.M. de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3., - PABSF A.P. 3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. c/ base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as Dem. contábeis apresentadas. São Paulo, 14/04/2.014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. João Toniollo Neto; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Gunsberg; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi; Moron ; Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta ; Prof. Dr. Henrique Lederman.

continua

continuação

**Relatório dos Auditores Independentes:** A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01/04/2014. Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CT - CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

## 7N ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 10.909.378/0001-66

RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Srs. Acionistas:** Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao período findo em 31/12/13; Araras, 15/04/14. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)							
Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>		<b>451.559</b>	<b>174.288</b>	<b>Circulante</b>		<b>205.504</b>	<b>25.704</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	237.119	108.326	Fornecedores		2.475	3.658
Outros recebíveis	5	214.440	65.962	Obrigações fiscais		14.752	14.046
<b>Não circulante</b>		<b>44.514.304</b>	<b>44.125.218</b>	Contas correntes - acionistas	8	8.000	8.000
Investimento	6	13.805.649	13.319.225	Dividendos propostos	10	180.277	-
Imobilizado	7	30.708.655	30.805.993	<b>Não circulante</b>			
				Passivo fiscal diferido	9	9.294.704	9.386.929
				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>35.465.655</b>	<b>34.886.873</b>
				Capital social		12.703.237	12.703.237
				Ajuste de avaliação patrimonial		20.871.391	21.323.039
				Reserva de lucros		1.891.027	860.597
<b>Total do ativo</b>		<b>44.965.863</b>	<b>44.299.506</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>44.965.863</b>	<b>44.299.506</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

Ajuste de avaliação patrimonial Reserva de lucros

Capital social Própria De controlada Total Reserva legal Retenção de lucros Lucros acumulados Total

Saldo em 1º de janeiro de 2012 12.157.576 18.400.712 3.387.016 21.787.728 114.465 865.571 - 34.925.340

Aumento de capital conforme AGO/E 545.661 - - (464.689) - (409.246) - 136.415

Realização do ajuste de avaliação patrimonial - (179.025) (285.664) - - - - -

Prejuízo do exercício - - - - - - - (174.882) (174.882)

Destinações: Reserva legal - - - - - - - -

Dividendos propostos - - - - - - - -

Retenção de lucros - - - - - 289.807 (289.807) -

**Saldo em 31 de dezembro de 2012** 12.703.237 18.221.687 3.101.352 21.323.039 114.465 746.132 - 34.886.873

Realização do ajuste de avaliação patrimonial - (179.025) (272.623) (451.648) - - - -

Lucro líquido do exercício - - - - - - - 759.059 759.059

Destinações: Reserva legal - - - - - 37.953 (37.953) -

Dividendos propostos - - - - - - - (180.277) (180.277)

Retenção de lucros - - - - - - - 992.477 (992.477) -

**Saldo em 31 de dezembro de 2013** 12.703.237 18.042.662 2.828.729 20.871.391 152.418 1.738.609 - 35.465.655

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

**1. Contexto operacional:** A Cia. localizada na Rua Princesa Isabel, nº 122, Bairro Jardim Belvedere, município de Araras/SP, tem por objeto social a administração de bens próprios, participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

**2. Base de preparação - a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas c/ base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas (PME), em especial a Resolução NBTG 1000 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC PME.

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. A Cia. adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, c/ data de aplicação inicial em 1º/01/2013. (a) CPC 36 (R3) Demonstrações Financeiras Consolidadas; (b) CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto; (c) CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades; (d) CPC 46 Mensuração do Valor Justo; (e) CPC 26 (R2) Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes; e (f) CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados. A aplicação destes pronunciamentos não teve um impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Cia.. **a. Instrumentos financeiros - i. Ativos financeiros não derivativos:** A Cia. reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cia. se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros c/ vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **ii. Passivos financeiros não derivativos:** A Cia. reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cia. baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **iii. Capital social - Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 10. **b. Imobilizado - i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados c/ os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **iii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas p/ o exercício corrente e comparativos são as seguintes: Edifícios = 33 anos. **c. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cia. tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido p/ liquidar a obrigação. **d. Impostos de renda e contribuição social:** A Cia. p/ a apuração do imposto de renda e contribuição social utiliza o regime de apuração c/ base no lucro presumido, calculados c/ base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável excedente de R\$ 240.000 p/ imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável p/ contribuição social, correspondente a 32% da receita. **4. Caixas e equivalentes de caixa** 2013 2012 Caixa e bancos 17.552 3.552 Aplicações financeiras 219.567 104.774 **Caixas e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa** 237.119 108.326 Os saldos em caixa e equivalentes de caixa estão representados por depósitos à vista e aplicações em CDB. **5. Outros recebíveis** 2013 2012 Aluguéis de imóveis 83.183 65.962 Dividendos a receber 131.257 214.440 **6. Investimento:** A Cia. registrou um ganho de R\$ 617.681 em 2013 (perda de R\$ 309.629 em 2012) de equivalência patrimonial de sua controlada. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras na controlada. **a. Composição do investimento** 2013 2012 Têxtil Norberto Simonato S.A. 13.805.649 13.319.225 **b. Movimentação dos investimentos Têxtil Norberto Simonato S.A.** 2013 2012 Capital social 13.945.096 13.453.758 Quantidade de ações possuídas: 9.385.389 9.385.389 Resultado do exercício 623.922 (312.761) Participação total (%) 99% 99% Saldo inicial do investimento 13.319.225 13.628.854 Ajuste de avaliação patrimonial reflexa - - Resultado de equivalência patrimonial 617.681 (309.629) Distribuição/recebimento de dividendos (131.257) - Saldos finais 13.805.649 13.319.225 **7. Imobilizado Edifícios e Obras Adiant.a** 2013 2012 Custo construções Terrenos andam. forneced. Total Saldo 31/12/12 11.859.487 18.910.650 43.930 1.485.789 32.299.856 Adições 80.180 - 37.797 117.977 Transferências 29.530 (29.530) - - Saldo 31/12/13 11.969.197 18.910.650 14.400 1.523.586 32.417.833 **Depreciação** Saldo 31/12/12 (1.493.863) - - (1.493.863) Depreciação (215.315) - - - Saldo 31/12/13 (1.709.178) - - (1.709.178) **Valor contábil** Saldo 31/12/12 10.365.624 18.910.650 49.930 1.485.789 30.805.993 Saldo 31/12/13 10.260.019 18.910.650 14.400 1.523.586 30.708.655 **8. Passivo fiscal diferido:** Os impostos diferidos passivos foram atribuídos

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)			
	Nota	2013	2012
Receitas	11	609.772	607.982
Despesas administrativas e gerais	12	(518.539)	(523.073)
Resultado de equivalência patrimonial	6	617.681	(309.629)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>708.914</b>	<b>(224.720)</b>
Receitas financeiras		10.214	6.543
Despesas financeiras		(2.951)	(667)
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>7.263</b>	<b>5.876</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>716.177</b>	<b>(218.844)</b>
Imposto de renda e contrib. social corrente		(49.344)	(48.263)
Imposto de renda e contrib. social diferidos	9	92.226	92.225
<b>Resultado do exercício</b>		<b>759.059</b>	<b>(174.882)</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital final - R\$</b>		<b>0,06</b>	<b>(0,01)</b>
<b>Quantidade de ações no final do exercício</b>		<b>12.703.237</b>	<b>12.157.576</b>

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)			
	Nota	2013	2011
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		759.059	(174.882)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		759.059	(174.882)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais			
	2013	2012	
<b>Resultado do exercício</b>	<b>759.059</b>	<b>(174.882)</b>	

Ajustes para:

Depreciação	215.315	215.314	
Resultado de equivalência patrimonial	(617.681)	309.629	
Impostos diferidos	(92.225)	(92.225)	
	264.468	257.836	
(Aumento) redução em outros recebíveis	(17.221)	26.399	
(Aumento) redução em fornecedores	(1.183)	2.761	
Aumento (redução) em obrigações fiscais	706	(10)	
Aum. (redução) em contas correntes - acionistas	-	(1.928)	
<b>Fluxo caixa líq. decorrente ativ. operacionais</b>	<b>246.770</b>	<b>285.058</b>	

**Fluxo de caixa de atividades de investimento**

Aquisições de ativo imobilizado	(117.977)	(285.350)	
<b>Fluxo de caixa decorrente ativ. investimento</b>	<b>(117.977)</b>	<b>(285.350)</b>	
<b>Redução líquida em caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(92.225)</b>	<b>(292)</b>	
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	108.326	108.618	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	237.119	108.326	

da seguinte forma:

	2013	Passivo	2012	Resultado	2012
Custo atribuído	9.294.704	9.386.929	92.226	92.225	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados p/ refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

**Aspectos relacionados a Medida Provisória 627:** A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11/11/2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16/09/2013, alterada pela IN 1422 de 19/12/2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º/01/2015, há a possibilidade de opção (de forma irretroativa) pela sua aplicação a partir de 1º/01/2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. De acordo c/ as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2013.

**9. Patrimônio líquido - a. Capital social:** O Capital Social subscrito e totalmente integralizado no montante de R\$ 12.703.237 (R\$ 12.703.237 em 2012), representado por 12.703.237 (12.703.237 em 2012) ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 (hum) real cada.

**b. Reservas:** • **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; • **Retenção de lucros:** A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada por ocasião da AGO/E de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras. • **Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, após deduzida a reserva legal. A Assembleia Geral poderá, no entanto, c/ o consentimento de todos os acionistas presentes, deliberar pela distribuição de um dividendo inferior ao mínimo acima referido, ou mesmo pela retenção da totalidade do lucro.

	2013	2012
<b>10. Receitas</b>	<b>609.772</b>	<b>607.982</b>
Aluguel de imóveis	609.772	607.982

	2013	2012
<b>11. Despesas por natureza</b>	<b>215.315</b>	<b>215.314</b>
Depreciação e amortização	215.315	215.314
Despesas c/ mão de obra	115.200	121.200
Convênio médico	109.006	93.274
Outras despesas	79.018	93.285
Despesas administrativas e gerais	518.539	523.073

DIRETORIA  
CONTADOR - ROBERTO FAVETTA - CT - CRC 1SP214877/O-0

## Cia. Rossi de Automóveis

CNPJ.: 60.957.438/0001-94

Relatório da Diretoria

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento as disposições legais estatutárias, vimos submeter apreciação e exame de V.Sas., as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Permanecendo a disposição para quaisquer informações e esclarecimentos julgados necessários. São Paulo, 31 de dezembro de 2013.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.439.661</b>	<b>1.567.022</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.176.231</b>	<b>292.223</b>
Bancos e aplicações financeiras	12.736	33.406	Fornecedores	-	1.413
Contas a Receber	1.309.760	1.309.760	Obrigações trabalhistas	5.090	5.353
Adiantamentos	1.335	1.554	Obrigações fiscais	4.149	467
Impostos a recuperar	115.830	222.034	Empréstimo e Financiamentos	-	-
Prêmios de seguros a Vencer	-	267	C/C Coligadas e Controladas	1.166.991	284.991
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>753.580</b>	<b>789.230</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.017.010</b>	<b>2.064.029</b>
Realizável a longo Prazo	10.708	27.481	Capital social	7.637.249	7.637.249
Imobilizado	742.872	761.750	Reserva de Capital	1.263.439	1.263.439
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.193.241</b>	<b>2.356.252</b>	Reserva Legal	81.022	81.022
<b>Demonstração de Fluxo de Caixa em 31.12.2013</b>	<b>2013</b>		Prejuízos acumulados	(7.964.700)	(6.917.682)
<b>Atividades Operacionais:</b> Lucro Líquido	(1.059.851)		<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>2.193.241</b>	<b>2.356.252</b>
Depreciação	(18.877)		<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>		
Lucro na Venda do Imobilizado	12.832			<b>2013</b>	<b>2012</b>
Investimentos de curto prazo	990.698		<b>Patrimônio Líquido Inicial</b>	<b>2.064.029</b>	<b>2.449.673</b>
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>(75.198)</b>		Ajuste de Variação Patrimonial	-	9.298
<b>Atividades de Investimento</b>			<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>2.064.029</b>	<b>2.458.971</b>
Investimentos no Imobilizado	37.755		Prejuízo Líquido do Exercício	(1.047.019)	(394.942)
Investimento no realizável a Longo Prazo	16.773		<b>Patrimônio Líquido Final</b>	<b>1.017.010</b>	<b>2.064.029</b>
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>54.528</b>				
<b>Variação Líquida de Caixa</b>	<b>(20.670)</b>		<b>Vittorio Emanuele Primo Rossi</b>		
<b>Saldo inicial de caixa em 31/12/2012</b>	<b>33.406</b>		CPF: 039.814.8		